



Brasil S/A
por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br

Pensando o Brasil

Os movimentos do industrial Josué Gomes da Silva à frente da Fiesp têm sido uma lufada de ar fresco na sede da indústria paulista que tempos atrás era chamada de “poderosa” e tinha virado alvo de troça de economistas neoliberais à procura de plateia. Não mais.

Josué, como gosta de ser chamado, aplicou-se, cercou-se de quem enxerga o conjunto dos problemas nacionais e chegou com vontade para enfrentar temas interditados, convidando quem queira contribuir a desimpedir obstáculos do desenvolvimento. Essa antiga aspiração nacional tornou-se maldita por economistas sem confiança no país.

Eles fizeram a cabeça de políticos, de parte da imprensa, e travam tais propósitos falando de “precipício fiscal”, que o país estaria quebrado, que a dívida pública vai explodir, e outras baboseiras.

Tome-se a reforma tributária, necessária desde o dia seguinte da criação, em 1965, do ICM, hoje ICMS, e, depois da Constituição de 1988, das contribuições federais, que foi o jeito de a União não partilhar um naco da receita com estados e municípios. Necessária porque, em vez acompanhar a evolução das relações econômicas e da tecnologia, o sistema tributário foi sendo emendado, virando uma colcha de retalhos complexa, disfuncional e cara para administrar.

Nunca faltaram projetos de reformas tramitando no Congresso, o que faltou foi consenso empresarial para aprová-los, já que a carga de impostos tem distribuição desigual entre os setores e alguns terão de aceitar mudanças para que a média contributiva seja equitativa.

Josué convidou a professora Vanessa Canado, que integrou a equipe que modelou um dos projetos do IVA (a PEC 45) e coordenou para o ministro Paulo Guedes as discussões sobre modernização tributária, para buscar no empresariado o consenso em falta. Não haverá reforma alguma sem isso. O desacordo entre os senadores e deputados reflete o dissenso entre setores como serviços, indústria e agronegócio.

Pacto com a Febraban

A questão dos juros é outro caroço de abacate entalado na garganta da economia. O presidente da Febraban, Isaac Sidney, amouçou esta semana na Fiesp com Josué, e ambos se comprometeram com uma agenda de diálogo permanente entre as entidades, visando contribuir para o crescimento de longo prazo e a geração de emprego e renda.

A diferença entre o custo de captação e do crédito, chamada de spread, era de 14% com a Selic a 2% e voltou a 18%. Na média dos países da OCDE, não chega a 3%. “Os juros são altos, mas não por vontade dos bancos”, diz Sidney. “Na média, mais de 80% do spread corresponde aos custos das operações de crédito, como impostos, inadimplência e a enorme dificuldade de recuperação de garantias.”

“O alto custo do dinheiro nos faz perder competitividade e desvia recursos que poderíamos usar para investir e gerar empregos”, diz Josué. O documento final será levado ao governo e ao Congresso.

FIESP ARTICULA CONSENSOS PARA REMOVER OS OBSTÁCULOS QUE INTERDITAM O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Rodas de consenso

Trabalho não falta ao filho do ex-presidente José Alencar. Ele faz jornada dupla à frente de seu grupo têxtil Coteminas e da Fiesp. Em fevereiro, reuniu-se com as maiores fundações privadas que apoiam a educação pública para propor um desafio já aceito: elevar em 10 anos as notas dos estudantes de São Paulo ao topo do ranking do

Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o PISA, na América Latina. Entre 76 países avaliados, Brasil ocupa a 60ª posição.

Ele busca com atenção especial o Sesi e o Senai. O Senai vai ampliar a atuação no ensino profissionalizante e a digitalização das pequenas e médias indústrias; o Sesi, estender o treinamento de professores.

Sua disposição em mover rodas de consensos chamou a atenção da CUT e da Força Sindical, que foram a ele pedir para dar prioridade à reindustrialização e ao emprego. Este é o objetivo de acordo com o think tank Cebri, para apoiar seu núcleo de economia liderado por André Lara Resende. A meta é chegar a um documento com indicativos para a retomada do crescimento e a inserção do Brasil no mundo.

A Fiesp também acertou com o TCU um ciclo de seminários sobre a agenda fiscal. O primeiro terá economistas da OCDE e do FMI entre os palestrantes. É o estilo Josué: negociar soluções e dar prazo para que aconteçam. Os conselhos da entidade foram renovados com este sentido e a recomendação para que sejam ativos. Quem quer faz, não procrastina nem se distrai. Tudo isso é promissor para o país.

Economia bipolar eleitoral

Poucos sabem e quem sabe finge demência que o Banco Central sobe a taxa Selic para reprimir a inflação encarecendo o consumo movido a crédito, que nunca foi abundante nem barato, enquanto o governo de Jair Bolsonaro faz o oposto, anunciando medidas que visam aumentar a demanda, endividando os aposentados e confundindo a população mais carente, desorientada pelo oportunismo de políticos amorais.

O alívio é para atrair incautos no eleitorado e aplausos do naco empresarial submisso ao governante da vez, mas é temporário, acaba com a contagem dos votos, como asfalto fresco levado pela chuva.

Ética e decência não se misturam bem com a governança de boafé da economia em anos eleitorais em quase todas as democracias, mas o anormal é exceção, de modo que mesmo os governantes com um pulsão autocrata, como o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, enfrentam derrotas eleitorais e as aceitam ainda que rangendo os dentes.

Aqui foi assim até tempos atrás. A preocupação com as aparências freava os impulsos eleitoreiros do poder incumbente e a legislação antifraudes eleitorais era mais ou menos obedecida. Quando não foi, o governante eleito ou reeleito herdou uma terra arrasada, com as consequências arcadas pela população. Assim tenderá a ser em 2023.

Fernando Henrique se reelegeu em 1998 escondendo que o país estava quebrado pelo regime cambial semifixo. O FMI veio em socorro, o real sofreu uma megadesvalorização, aticando a inflação, contida com juros elevados a 45% ao ano. Dilma se reelegeu em 2014 negando a inflação, ocultada pelo congelamento da gasolina, do diesel e da eletricidade, e a maquiagem das finanças públicas. Todos deixaram uma recessão cavalgar como lição jamais assimilada pelo eleitor.

O empresariado da geração anterior era menos condescendente com os ministros vacilões. Iam à imprensa criticá-los, faziam manifestos e pediam sua demissão em público. Hoje, os afagam. Dizem-se liberais, que significa tratar os governantes com certa frieza, mas vivem chamando-os para adulá-los em cerimônias.

Tanto eles quanto a imprensa analisam tais medidas pela ótica do benefício eleitoral, não pela sua eficácia nos termos regimentais da política econômica. Ora! Ou inflação é a prioridade, dando-se razão ao BC, ou é o nível de atividade. Economia bipolar é desastre anunciado pelas mãos de políticos levianos.

REVISÃO SALARIAL

Por ser ano de eleição, categorias estão com tempo contado para garantir aumento. Agora pedem, no mínimo, correção da inflação, mas concessão deve ser feita até abril

Servidores recalculam rota em busca de reajuste

» MICHELLE PORTELA

Entre uma manifestação e outra, servidores públicos federais admitem possibilidade de mudar as estratégias para garantir, ao menos, a recomposição da inflação nos salários. O motivo do reposicionamento se deve às peculiaridades da legislação em ano eleitoral: o governo tem apenas até abril para conceder reajustes.

Os colaboradores do Estado cumprem, desde o início do ano, agenda diária de mobilizações para pressionar o Executivo a reajustar os salários em 19,99%. A correção almejada corresponde à recomposição da inflação acumulada no governo de Jair Bolsonaro. O movimento começou após o presidente indicar vontade de conceder aumento para categorias específicas, como os policiais federais, ainda neste ano. Recentemente, Bolsonaro declarou que se não houver “entendimento” das demais categorias de servidores públicos federais, fica para o próximo ano o reajuste prometido aos servidores da segurança pública.

Com paralisações diárias, os funcionários do Banco Central seguem de braços cruzados como forma de pressão, segundo o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal). O grupo cumpre agenda de paralisações que impacta no monitoramento do sistema de pagamentos. Caso até o próximo dia 22 não seja marcada uma reunião com o

Fernanda Strickland/CB/D.A.Press



Servidores em manifestação, na última semana, em frente ao Ministério da Economia

ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, a categoria já tem agendada uma assembleia geral. Segundo o presidente do Sinal, Fábio Faiaid, os servidores buscam solução própria, com reajuste salarial de 26,3% e a reestruturação da carreira de analistas.

“Até o momento, a posição do governo é de não dar o reajuste para ninguém. Agora, cada categoria vai discutir a realização de greves ou uma greve geral por tempo indeterminado”, afirmou Faiaid.

Já o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) vultumbra outra estratégia. “Estamos trabalhando, no contexto da Advocacia-Geral da União (AGU),

na elaboração de medida provisória de reestruturação da carreira, com consequente avaliação de reajustes salariais”, disse o presidente da entidade, Rudnei Marques.

“Nossa carreira está bastante mobilizada e em vias de iniciar paralisações no Tesouro Nacional e na Controladoria-Geral da União (CGU). A pressão deve se intensificar. O problema é que não há mais tempo para concessão de reajuste geral. Então, a saída vai ser brigar por recomposições pontuais para cada carreira”, explicou.

Para Marques, o governo poderia conceder o reajuste priorizando a destinação orçamentária. “Bastaria o governo usar metade

do orçamento secreto para recompor as perdas salariais do funcionalismo”, finalizou.

Agenda

Outras mobilizações específicas das diferentes categorias estão sendo organizadas pelo Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), que agrega servidores do Tesouro Nacional e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Os servidores aguardam a posição do governo federal até o final do mês de março.

ESPÍRITO SANTO



Presidente da Caixa, Pedro Guimarães visita fazenda em Linhares (ES)

Caixa Mais Brasil foca no agronegócio

O programa Caixa Mais Brasil chegou à 133ª edição. Neste fim de semana, ocorreu em Linhares, Conceição da Barra e São Mateus, no Espírito Santo, com foco no agronegócio e visitas a fazendas produtoras de café, cacau e pimenta do reino. “Também visitamos a Floresta Nacional Rio Negro, dentro do nosso projeto de plantar 10 milhões de árvores e incluir as comunidades carentes que vivem dentro ou próximo às Flonas”, disse o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

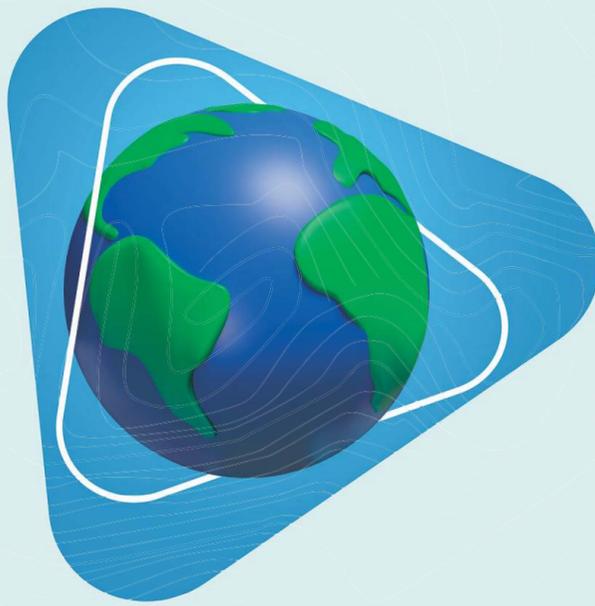
Segundo Guimarães, a Caixa está crescendo de modo forte e consistente no agronegócio. “Saímos do oitavo lugar, estamos em terceiro. Até junho, chegaremos ao segundo posto. Mas também queremos financiar novas modalidades de modo mais intenso. Cacau e pimenta do reino são exemplos, o que demonstra a importância destas visitas”, comentou o presidente da Caixa.

“Também estamos estudando incentivar a preservação de árvores centenárias e milenares. Para isto, poderemos reduzir as taxas de crédito em áreas onde estas áreas sejam mantidas e possam ser usadas como fontes de sementes para nosso projeto de reflorestamento, de 10 milhões de árvores”, afirmou Guimarães.

correio
webinar

Agenda ESG: uma revolução nos negócios e na sociedade

A construção de um mundo mais inclusivo e sustentável depende da habilidade das empresas em aplicar princípios ambientais, sociais e de governança corporativa. Para ampliarmos o conhecimento sobre as recentes ações ligadas à Agenda ESG e o papel do Brasil nesse cenário, conversaremos com a sócia-líder da KPMG, Nelmar Arbex. Acompanhe!



Mediador

Carlos Alexandre

Editor de Política e Economia no Correio Braziliense



Convidada

Nelmar Arbex

Sócia-líder de ESG Advisory da KPMG no Brasil e líder da KPMG IMPACT

23 de março
às 11h30

TRANSMISSÃO AO VIVO
correio braziliense.com.br
/eventoscb



Patrocínio
KPMG

Realização
CORREIO
BRAZILIENSE